

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
DISCIPLINA: HIST. ECON. SOCIAL VII – ÁFRICA PORTUGUESA
PROFESSOR: MARCELO BITTENCOURT
ALUNO: EVANDRO DE OLIVEIRA MACHADO

SOBRE O MPLA – PARTIDO DO TRABALHO

ANÁLISE DE TEXTO

RELATÓRIO DO COMITÊ CENTRAL AO I CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO
DO MPLA – PARTIDO DO TRABALHO – DEZEMBRO DE 1980.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

*A verdade é o todo.
Hegel*

Depois das Grandes Navegações, a história das sociedades só pode ser adequadamente compreendida quando inserida dialeticamente no jogo de interesses internacionais em que se desenvolve. Dito de outra forma, desde o momento em que o desenvolvimento das forças produtivas permitiu às formações sociais européias, a partir do século XV, armadas com poderosas inovações tecnológicas, “invadir o mundo”, qualquer *história nacional* será mera mitologia se não for estudada levando-se em conta os vetores *internacionais* em jogo, precisamente a disputa colonial ou neocolonial entre as nações hegemônicas por uma parte do butim mundial. Nestas condições, *histórias nacionais* não podem ser outra coisa senão *capítulos da História Universal*.

A história da libertação de Angola do jugo português extrapola o território angolano como também o próprio território português. O território completo é o mundo, dividido por um *Tratado de Tordesilhas* de novo tipo, tacitamente assinado entre EUA e URSS no curso da *Guerra Fria*.¹

A julgar pelo documento em discussão, Angola fez a opção pela via socialista-revolucionária. Não discutiremos aqui as razões explicativas de tal opção.²

¹ Se desejamos compreender a árvore, precisamos olhar também para o bosque. Se desejamos compreender o bosque, precisamos olhar também para a árvore. Mas se apenas olharmos para o bosque ou para a árvore, nunca seremos capazes de compreender nem o bosque, nem a árvore, porque o bosque não existiria sem a árvore e a árvore nada seria sem as trocas que faz com o bosque. Olhar para o bosque e para a árvore – sincrônica e diacronicamente – é ser capaz de compreender tanto um quanto o outro. Angola é a árvore; a História Universal é o bosque.

² Infelizmente, não cabe uma breve discussão sobre o anti-imperialismo e a opção socialista como partes de um mesmo processo, em muitos casos, e só explicáveis através de exames de estrutura de classe e estratificação social. Nos marcos do capitalismo periférico e dependente, só as transformações sócio-econômicas de caráter socialista podem resolver problemas seculares de exclusão social. Para as classes oprimidas, o socialismo não surge como mera opção mas como única alternativa fora da qual nenhuma solução para os problemas sociais é possível. Nas colônias em que a luta pela independência não se restringiu apenas aos limites da liberdade política, a correlação de forças era favorável aos setores subalternos e oprimidos, em detrimento de setores dominantes nativos vinculados ao imperialismo. Conseqüentemente, se a balança política é favorável aos setores subalternos e oprimidos, temos o anti-imperialismo que, inexoravelmente, impõe uma guerra civil contra os setores nacionais-entreguistas, rumo ao socialismo. Se a balança é favorável às elites locais – associadas ao imperialismo - então temos uma independência apenas política, e esmagadas as classes insurgentes.

O que importa ressaltar é a dramática situação pós-independência do povo angolano. É sabido que o socialismo proposto por Marx/Engels seria o resultado “*natural*” do desenvolvimento das forças produtivas operado no interior do próprio sistema capitalista. Em resumo, o capitalismo prepararia as bases materiais para a futura sociedade socialista. Tal não foi o que se deu em Angola, país sem indústrias importantes, economicamente dependente do campo, com uma população na sua maioria esmagadora analfabeta, sem escolas, sem médicos, sem técnicos e tecnologia, saído de uma guerra civil traumática; enfim, um quadro nada parecido com aquele pensado pelos fundadores do marxismo clássico.

Neste contexto, vencida a guerra de libertação, os insurgentes – esgotados – deparam-se com o desafio de construir – com o pouco que se tem em mãos (muito pouco mesmo) - uma nova sociedade. Com muita fé e muita coragem, avançam nesta espetacular aventura humana de construção de um novo ordenamento sócio-cultural apto a converter em realidade os sonhos sonhados no curso da guerra de libertação, a utopia tão almejada e tão singela – no caso africano – que é o de tão-somente dar água aos que tem sede, comida aos que tem fome, escola para os analfabetos, assistência médica para os adoentados, dignidade para os idosos e aleijados, para os ex-combatentes, para os órfãos de guerra... Todas estas vontades transbordam do relatório.

Para completar, resta chamar a atenção para o atraso cultural do povo angolano, especificamente no que se refere à inexistência de uma intelectualidade revolucionária capaz de detectar as singularidades do seu processo histórico e também portadora de senso crítico para selecionar, das diversas experiências socialistas no mundo, aqueles elementos – e não todos os elementos – úteis ou adequados para a sua realidade específica. Poderíamos citar dois exemplos diferentes a respeito: o primeiro, a própria revolução russa, dotada de uma extraordinária intelectualidade revolucionária – sem paralelo - que até hoje sociedade nenhuma foi capaz de produzir em seus respectivos processos revolucionários; o segundo, mais tímido, o caso cubano, em que um de seus quadros – já com forte formação intelectual de matriz marxista e variadas experiências revolucionárias anteriores – estava capacitado criticamente para selecionar e dispensar elementos de experimentos socialistas anteriores, notadamente a rejeição ao burocratismo reinante no mundo socialista soviético ou sob a sua mais direta influência. Falo de Che Guevara. Em Angola, a ausência de uma intelectualidade revolucionária de grande envergadura³ talvez nos explique a aplicação, só como primeiro exemplo, da teoria de partido “marxista-leninista”, para um bom entendedor, stalinista, resultado da forte influência soviética sobre o seu processo de libertação, reflexos da conjuntura internacional marcada pela competição entre EUA e URSS, ou melhor dizendo, pelo conflito mundial entre socialismo e capitalismo.

Dadas as condições dramáticas em que se viram os revolucionários angolanos pós-independência, a adoção de um sistema político e sócio-econômico de uma nação anti-imperialista, A URSS, a sua ajuda militar e técnica para a reconstrução do país,

³ Não se quer dizer com isso que no MPLA não existissem quadros de notório potencial teórico. Aqui mesmo, no Brasil, sobretudo a partir da década de 1930, passamos a contar com intelectuais de grande porte, como Caio Prado Júnior, por exemplo, mas que não eram condutores diretos da política revolucionária do movimento comunista brasileiro. Luiz Carlos Prestes, a despeito de sua heróica e honrada história política, nunca foi um grande teórico (apesar de possuir notório potencial teórico) e, portanto, capaz de se libertar das diretrizes soviéticas adotadas para os países de estrutura neocolonial. Ver MORAES, Dênis e VIANA, Francisco. *PRESTES: LUTAS E AUTOCRÍTICAS*. Vozes, Rio de Janeiro, 1982. Quando aqui uso a expressão “intelectuais revolucionários” penso nos intelectuais de matriz marxista não dogmática, que não apenas produzem teorias explicativas e proposições de ruptura com o capitalismo mas – ao mesmo tempo – conduzem politicamente o movimento revolucionário. Pensam o movimento e estão dentro do movimento; são os “oficiais-generais” do movimento revolucionário. São parte fundamental do Estado-Maior do exército de revolucionários.

enfim, tudo isso nos obriga a sobretudo *compreender* os vícios que atravessaram o presente relatório, sobre os quais receberão especial atenção neste trabalho.

No desespero, qualquer ajuda é válida... Ademais, porque não copiar os sistemas de uma nação que em 1917 era tão atrasada quanto Angola de 1980 e que em muito pouco tempo converteu-se numa potência industrial e militar forte o suficiente para lidar com o imperialismo em pé de igualdade?

Como se diz, para os revolucionários, o movimento é tudo. Portanto, seguir um caminho é mais sábio do que não se ter caminho nenhum para se seguir. O repouso é a morte.

EXAME SOBRE O RELATÓRIO

O CULTO À PERSONALIDADE

Uma das características do regime soviético stalinista foi o culto à personalidade, chegando-se ao extremo de se conservar – até hoje – o corpo de Lenin, o que, francamente, nada tem a ver com o marxismo. Pelo contrário, o culto à personalidade atribui ao cultuado características ou qualidades sobre-humanas, forte concessão ao idealismo filosófico, o oposto do materialismo dialético e histórico.

“(…) *Guia Imortal da nossa Revolução, saudoso Presidente Dr. António Agostinho Neto*” (p. 3). “*A Obra do Camarada Presidente Dr. António Agostinho Neto* (...) *Guia Imortal da Revolução Angolana* (...) *A imensidão da obra do Saudoso Camarada Presidente Dr. António Agostinho Neto, o seu manancial teórico* (...) *Guia Imortal da Revolução Angolana*” (p. 27). “*Guia Imortal da Revolução Angolana, o SAUDOSO CAMARADA PRESIDENTE DR. ANTÓNIO AGOSTINHO NETO*” (p. 60). Fica difícil imaginar, no interior do partido, alguém disposto a questionar certos pensamentos de Agostinho Neto, mesmo porque qualquer abordagem sobre a sua obra será sempre *necessariamente incompleta*, segundo o que podemos inferir do texto a seguir: “*A imensidão da obra do Saudoso Camarada Presidente Dr. António Agostinho Neto, o seu manancial teórico, fizeram com que a abordagem realizada pela Mesa Redonda fosse necessariamente incompleta. Assim, torna-se necessário que se continuem a desenvolver iniciativas como esta, que permitam um aprofundamento do pensamento do Guia Imortal da Revolução Angolana* (...)” (p. 27, grifo meu).

O culto à personalidade conduz o pensamento ao dogmatismo; este, por sua vez, ao dar um caráter eterno ou *imortal* a uma explicação extraída de uma realidade específica no tempo e no espaço, impede a apreensão da realidade objetiva tal como ela realmente é – no seu movimento - e não como gostaríamos que fosse segundo os dogmas adotados.

APOLOGIA AO PARTIDO ÚNICO

Na guerra, as organizações militares precisam ser ágeis tanto na defesa quanto nos ataques. Não há tempo para discussões coletivas. Comando centralizado, único, cadeia de comando, disciplina rígida e obediência cega às ordens superiores são requisitos fundamentais para que uma organização militar cumpra – com êxito – suas missões. Enfim, exércitos em guerra são organizações inevitavelmente não-democráticas.

Quando a luta pela libertação do domínio colonial segue, por imposições do processo histórico, o caminho da luta armada aberta, as organizações de massa – por mais desagradável que a muitos marxistas pareça – ficam em segundo plano, por diversas razões, mas sobretudo pela impossibilidade de organizá-las publicamente,

como nos períodos de democracia burguesa, pois numa guerra a repressão do inimigo é sempre brutal, impondo ao partido – agora partido-exército – a disciplina mais férrea, a clandestinidade, o acatamento rigoroso das determinações da cadeia de comando, enfim, o *militarismo*, que se impõe ao partido convertendo-o numa organização, antes que política, sobretudo militar.

Este tem sido historicamente o drama de muitos processos de libertação nacional, sobretudo quando a guerra de libertação é longa, pois quando se expulsa o inimigo, a organização, que antes era sobretudo política, transfigurada pelas imposições da guerra, já é uma organização sobretudo militar. Aqueles que antes decidiam sem consultar ninguém, em virtude das limitações impostas pela vida clandestina e a guerra, em tempos de paz encontram dificuldades de toda ordem para dialogarem com as bases partidárias, e mais ainda, com o povo, com *as massas*.⁴ Ora, se as dificuldades para ouvir bases partidárias são enormes, intolerável e insuportável será a existência de partidos de oposição, ainda mais quando tais partidos nada, ou quase nada contribuíram, ou em determinado período de suas histórias vacilaram entre apoiar a guerra ou propor composições com o inimigo. Decorre daí a apologia ao partido único. Afirmar que tal processo é fruto de imposições históricas contra as quais pouco se pode fazer, seria retirar dos homens a possibilidade de mudarem o rumo das coisas. Penso, no entanto, que há uma dose de verdade nas análises que buscam as raízes do partido único no processo revolucionário em si mesmo. Nos primeiros anos da Revolução Russa, por exemplo, o processo histórico sempre apontou para a existência de vários partidos após a tomada de poder. Mas nela, o “partido-exército” sempre foi – até 1917 - mais partido do que exército, o que não se viu no caso angolano como também no caso cubano.

Com a adoção do modelo soviético⁵ de partido único, o distanciamento da utopia socialista de democracia popular é inexorável. A confusão entre ESTADO e PARTIDO, tema discutido logo adiante, tem as mesmas causas da confusão que encontramos aqui entre PARTIDO e POVO. Na verdade, a experiência soviética demonstrou que no regime de partido único, ESTADO e PARTIDO são a mesma coisa, e o que é pior: o povo representa neste sistema político o setor subalterno, as bases do partido, digamos assim, bases que nada podem decidir porque o partido é de quadros, e somente aos quadros é dado o direito de interferir na política do partido. PARTIDO e POVO são órgãos de um mesmo sistema de partido único.

Isto fica evidente na seguinte passagem: “*Duas vias foram estabelecidas para seleccionar os novos membros do Partido: A via de levantamento, que tinha em conta o Levantamento de Membros a que se procedeu antes do I Congresso; e via de consulta directa à Assembleia de Trabalhadores* [grifo meu], *que tomava em consideração as qualidades próprias de um trabalhador que no seu local de trabalho, pelo respeito e apego ao trabalho (...) se impunha à consideração de todos os trabalhadores. Neste caso, o trabalhador era entrevistado para se avaliar do seu interesse em pertencer ao Partido e da sua adesão à defesa dos interesses da classe operária*” (p. 12). Ou seja, a

⁴ Penso que um dos fatores explicativos para a burocratização da ex-URSS foi precisamente o não-experimento de paz. De fato, os revolucionários bolcheviques nunca conheceram a democracia burguesa, exceto por poucos meses. Nasceram, cresceram e se desenvolveram debaixo do fogo cerrado do inimigo de classe, na clandestinidade mais rigorosa. Ao tomarem o poder, à disciplina partidária se funde a disciplina militar no combate à contra-revolução armada, à sabotagem, ao combate desesperado contra a fome e a desordem... Depois, a reconstrução do país, a consciência que tinham os líderes de que uma nova guerra já estaria por vir, daí o investimento maciço na indústria pesada, a guerra que realmente veio (a 2ª Guerra Mundial), enfim, um processo com poucas possibilidades para que regimes mais democráticos prosperassem. **Penso que a democracia socialista precisa de paz, pão e segurança internacional para se desenvolver.** O caso cubano é semelhante. Vejo o caso angolano, a julgar pelo relatório, de natureza também semelhante.

⁵ Modelo soviético e marxismo não são sinônimos, mas não poderemos aprofundar tal discussão aqui.

assembléa dos trabalhadores é um órgão do partido, o mais baixo da hierarquia, evidentemente. Isto, vale dizer, constitui uma deformação da própria teoria de partido-de-quadros proposto por Lenin, a saber, a de que só seriam militantes do partido aqueles que fizessem parte de uma de suas organizações e fossem aprovados pelo partido as suas filiações, nunca pela *massa*. Revolucionários profissionais seriam todos os membros do partido, selecionados pelo partido e não pelo movimento popular. A assembléa dos trabalhadores, ao invés de pertencer à estrutura política do novo Estado Socialista, como assim foram inicialmente os *soviets*, faz parte – aqui - do partido, ou do partido-estado, o que dá no mesmo.

O partido único conduz ao totalitarismo.

CONFUSÃO - OU FUSÃO - ENTRE ESTADO E PARTIDO BUROCRATIZAÇÃO

Não constitui novidade perceber a fusão do estado com o partido único ou vice-versa. Está na Constituição de Angola.⁶ Também não se escamoteia o que acima foi dito sobre a fusão ESTADO-PARTIDO-POVO. “*A ditadura democrática revolucionária é, pois, um sistema complexo de organização política da sociedade, do qual fazem parte o Partido, a Juventude do Partido, o Estado e as Organizações de Massas, instrumentos que permitem o exercício do poder operário-camponês*” (p. 34). A história da ex-URSS demonstrou que a via do partido único permitiu o exercício do poder, não dos operários e camponeses mas de uma aristocracia partidária, fruto de um processo de burocratização tanto do partido quanto de toda a sociedade. As organizações de massas passaram a ser apenas legitimadoras da política do partido único, e portanto, do Estado. Também aqui os angolanos inovam pela franqueza. “*O Estado e as Organizações de Massas exercem as suas atividades de acordo com as directivas e decisões do Partido expressas no Programa e nas resoluções do Congresso, do Comité Central e do seu Bureau Político*” (p. 39).

Mas ainda que tudo esteja subordinado ao partido, é preciso separar o que é Estado e o que é Partido. O difícil é saber como, já que o partido “*Desempenha o seu papel dirigente através dos seus membros [grifo meu] que, qualquer que seja o lugar onde trabalhem ou o cargo que ocupem, são obrigados a aplicar as decisões do Partido e a convencer os não militantes da sua justeza e da necessidade de cumpri-las. [O Partido] Exerce também o seu papel dirigente transformando os seus principais dirigentes em principais dirigentes do Estado, e das principais Organizações de Massas*” (p. 40). Nestas condições, uma vez que muitos dos dirigentes do partido são – a um tempo – dirigentes do aparelho de estado, é natural que de vez em quando o indivíduo acabe tomando decisões partidárias no estado e estatais no partido. Afinal, qual seria a diferença entre seis e meia-dúzia, quer dizer, entre partido e estado?

Neste sentido, as reclamações do relatório sobre a confusão que se faz frequentemente entre atribuições do partido e do estado, ou suas ações, chegam a ser

⁶ “Este princípio foi afirmado logo na Proclamação da Independência pelo Camarada Presidente Agostinho Neto e consagrado na primeira Lei Constitucional da República Popular de Angola. Mas foi com a constituição do M.P.L.A. em Partido do Trabalho, no histórico I Congresso, que se definiu de forma mais rigorosa a **subordinação do Estado e de toda a vida económica e social à direcção do Partido de vanguarda da classe operária**. (...) << Toda a soberania reside no Povo angolano. O MPLA-Partido do Trabalho constitui a vanguarda organizada da classe operária e cabe-lhe, como Partido marxista-leninista, a direcção política, económica e social do Estado nos esforços para a construção da sociedade socialista >>” (grifo meu, p. 49).

cômicas.⁷ E digo isto com todo o respeito aos aguerridos militantes do MPLA – Partido do Trabalho, pois que realmente uma das soluções apresentadas na página seguinte pretende “*apagar o incêndio com gasolina*”, senão vejamos: “*Este papel de direção exerce-se ainda pela **coincidência entre os principais dirigentes do Partido e do Estado**, pela aprovação pelo Partido dos outros dirigentes estatais, bem como pela presença de militantes nos vários escalões do aparelho estatal que, quaisquer que sejam os seus cargos, são obrigados a cumprir e aplicar as decisões do Partido*” (p. 50, grifo meu).

No curso da guerra de libertação, integrar-se aos quadros *profissionais* do movimento revolucionário era a garantia de uma vida perigosa, sacrificante e – em boa medida – curta. Uma vez expulso o invasor e implantado o partido único, fazer parte dos quadros partidários passaria a ser a única via possível para a ocupação de cargos importantes no aparelho de Estado. Como sabemos, na ausência de participação popular na gestão da coisa pública, seus gestores ou administradores *usam e abusam* de seus poderes, concedendo favores a amigos e parentes, desviando recursos para si mesmos e etc. Com estas **vantagens materiais**, o *tapete vermelho* é esticado para os oportunistas. Ora, se eu sei que para galgar vantagens na burocracia do Estado precisarei – antes – entrar para o partido, assim o farei. O que o partido exige? Senso crítico? Não... Disciplina, obediência, silêncio condescendente, delações...? Sim. Então, assim agirei. Serei um excelente quadro partidário, um homem de confiança do partido, um homem firme no cumprimento de determinações superiores, um quadro perfeito!!! E assim, quando as oportunidades surgirem, serei eu – e não o crítico – a ocupar os melhores cargos do aparelho partidário e estatal. Neles, junto com meus “colegas de carreira”, defenderemos – silenciosamente – os nossos próprios interesses. Eis aqui, grosseiramente resumida, a história da burocratização da ex-URSS⁸.

O exame sobre os resultados da eleição para deputados da Assembléia do Povo nos faz refletir sobre o acima discutido. Vejamos:

Foram assim eleitos duzentos e três deputados da Assembleia do Povo, cuja composição social é a seguinte:

<i>Operários</i>	58	28,6%
<i>Camponeses</i>	48	23,6%
<i>Intelectuais</i>	7	3,4%
<i>Trabalhadores do aparelho de Estado</i>	6	3,0%
<i>Membros das Forças de Defesa e Segurança</i>	20	9,9%
<i>Dirigentes políticos e administradores</i>	64	31,5%

(p. 44, grifo meu)

O que interessa aqui é atentarmos para o número dos dirigentes políticos e administradores: 64. É a maior bancada da Assembléia do Povo, contra meros 48

⁷ “Frequentes vezes algumas estruturas do Partido foram desviadas para tarefas executivas esquecendo e desvirtuando o seu papel dirigente. Por outro lado, nem sempre as estruturas do Estado aceitaram e souberam cumprir as orientações e directivas do Partido” (p. 49).

⁸ Com o desmantelamento da URSS e a subsequente implantação da economia de mercado, ou seja, do capitalismo, estes “quadros” foram os que se converteram – do dia para a noite – em empresários capitalistas, apropriando-se das empresas estatais. Foram eles um dos principais interessados no desmantelamento do socialismo e os que mais lucraram com as privatizações. Penso, a julgar pela experiência soviética, que a burocracia produz burguesia. Dito de outra forma, a burocracia é a proto-burguesia que se desenvolve no interior do próprio aparelho de Estado socialista, no interior da ditadura **não** democrática revolucionária.

camponeses (a maioria da população). Estes já seriam sinais do surgimento de uma aristocracia partidária burocratizada? ...

O MEDO DO POVO, O MEDO DAS MASSAS

Atravessa todo o relatório uma preocupação constante em se organizar antes o partido, para – a partir dele – se organizar a massa. Tudo deve ser controlado pelo partido, deve se desenvolver sob as rédeas do partido. Nada deve escapar ao seu controle. Organizações de massa sem a presença ostensiva de membros do partido no comando é motivo de muita preocupação. Primeiro o partido, depois as organizações de massa. “(...) *a esfera de competência e actuação das Assembleias Populares e seus executivos deve ser claramente definida por lei, atendendo-se sempre ao facto de que a democratização do nosso aparelho de Estado depende em primeiro lugar de afirmação do papel dirigente do Partido a todos os níveis (...)*” (p. 46, grifo meu). “*Mas do mesmo modo que sem estarem realizadas todas as condições, objectivas e subjectivas, não foi possível iniciar com êxito a instituição do poder popular, também agora o processo de instituição generalizada dos órgãos do poder popular deverá acompanhar o desenvolvimento das estruturas do Partido e das organizações de massas mais importantes. Evitaremos assim o desvirtuamento da essência e do conteúdo do poder popular*” (p. 48, grifo meu). Sem comentários... O texto fala por si mesmo.

O CÁLCULO ECONÔMICO

Este modelo de gestão econômica é soviético. Foi Che Guevara quem demonstrou, no famoso debate sobre gestão econômica em Cuba durante o período 1963-64, as raízes burocráticas deste modelo e os seus fundamentos teóricos de natureza capitalista como, por exemplo, a utilização da lei do valor – ou a submissão do Estado socialista a esta lei - para estabelecer preços e medir o desempenho das empresas estatais⁹.

Baseia-se no estímulo material para motivar os trabalhadores. As empresas estatais seriam geridas como unidades financeiramente autônomas e não como parte integrante da grande empresa chamada Estado Socialista. As relações de produção entre estas empresas seriam mercantis, cada uma das quais contendo a sua própria contabilidade, e cujo desempenho seria medido de acordo com critérios utilizados por qualquer empresa capitalista, bem como a sua política de produção e gestão.¹⁰

Seria impossível apresentar aqui as questões centrais deste debate, mas o que podemos destacar, para a presente discussão, é que a concepção soviética de construção do socialismo que predominou, mesmo após a morte de Stalin, foi economicista, quer dizer, uma revolução na superestrutura econômica revolucionária mecanicamente as

⁹ Para uma discussão sobre o debate econômico em Cuba (1963-64), ver GUEVARA, Che, *TEXTOS ECONÔMICOS*, Edições Populares, São Paulo, 1987, pp. 164-267. “O modelo ‘copiado mecanicamente’ a que se refere Guevara é o checoslovaco. (...) Na campanha editorial de 1967 contra o burocratismo, *Granma* escrevia: ‘Outro elemento que ajudou o desenvolvimento do burocratismo nos primeiros anos da Revolução foi a introdução de alguns sistemas administrativos e formas de organização, procedentes de países do campo socialista, que estavam saturados de burocratismo. Por outro lado, carecíamos da experiência suficiente e do **sentido crítico** [ver nota de rodapé nº 3, grifo meu], e isso permitiu que aceitássemos como boas estruturas de países economicamente avançados, que não correspondiam a nossas necessidades, à situação de um país que inicia seu desenvolvimento’” (idem, p. 268).

¹⁰ Com o desmantelamento do socialismo na URSS, poucas foram as mudanças estruturais necessárias para que os burocratas – agora proprietários dos meios de produção – dessem prosseguimento à administração das antigas empresas estatais. Já eram administradas como empresas capitalistas, com critérios capitalistas para a medição de desempenho, com práticas capitalistas no trato com os trabalhadores (ausência de participação democrática na gestão da empresa, estímulo material, etc).

demais superestruturas jurídico-política e ideológica e, por conseqüência, deste processo surgiria o *Novo Homem*. Levado ao extremo, o economicismo soviético esqueceu que o principal era – através da planificação não apenas econômica – a construção do *Novo Homem*. Se as decisões aceleram a produção, desenvolvem as forças produtivas, então – logicamente – são decisões acertadas. Che vai discordar afirmando o contrário (o importante é o *Homem Novo*), e que o desenvolvimento econômico por si só não desenvolve um *Homem Novo*. E mais: que é possível construir este *Homem Novo* independentemente de se ter ou não desenvolvimento econômico, e cita como exemplo os revolucionários que deram suas vidas na luta guerrilheira. Afirma que os estímulos materiais para os trabalhadores – além de terem seus limites – não estimulam a consciência socialista e sim o individualismo. Não põe em questão a máxima de que no socialismo deve ser dado a cada um segundo as suas capacidades, expressa no Manifesto Comunista de Marx/Engels desde 1848, uma vez que o desenvolvimento econômico herdado não possibilita – de imediato – dar a cada um segundo as suas necessidades. Mas daí a afirmar, citando esta passagem de Marx/Engels de que no socialismo prevaleceria, então, o estímulo material (segundo as suas capacidades) para se chegar ao comunismo, é algo que Che nunca concordará. Entende a construção do socialismo como um ato de vontade consciente.

“Avançou-se ainda no registo contabilístico e estatístico, sem os quais não é possível elaborar os planos e controlar a sua realização, nem introduzir os princípios do cálculo económico nas empresas. (...) Um número cada vez maior de empresas e organizações do sector estatal transferem a parte fixada dos lucros e das amortizações para o Orçamento Geral do Estado” (p. 73, grifo meu). Falar em lucros de uma empresa estatal de um Estado socialista soa esquisito, seguramente. Mas aqui fica bem claro que o sistema implantado – segundo este relatório – em Angola foi aquele padronizado pelos soviéticos. Segundo as concepções de Che, não apenas a *parte fixada dos lucros* é transferida para o Estado mas todos os rendimentos, cuja gestão se daria através de uma “contabilidade nacional”.

Com o trecho a seguir, retirado do relatório, podemos perceber que a política de estímulo material soviética era radical. Vejamos:

“Quem mais trabalha tem de receber mais do que aquele que menos trabalha; quem mais trabalha deve ser premiado e quem não quer trabalhar deve ser castigado. E o movimento de emulação socialista que tem sido dinamizado pela nossa Central Sindical deverá exactamente permitir premiar aqueles que dão mostras de maior engajamento na produção não apenas ao nível dum colectivo de produção mas também ao nível individual [não seria isso estímulo ao individualismo?!], sem ter receios ou dúvidas idealistas quanto à aplicação do estímulo material” (p. 97, grifo meu).

“Dúvidas idealistas quanto à aplicação do estímulo material”: posso apostar que esta expressão, copiada dos manuais soviéticos, teve endereço certo: as idéias *idealistas* do Che... Deixemos, pois, que o próprio Che se defenda:

“Aos defensores do “cálculo económico”, aplica-se (...) a frase: “Deus me guarde dos meus amigos, que dos meus inimigos me guardo eu”.¹¹

¹¹ GUEVARA, Che. Op. cit., p. 267.

CONCLUSÃO

O esforço que temos de fazer, ao examinarmos os vícios do presente relatório, é o esforço para conseguirmos nos imaginar na posição dos líderes revolucionários do MPLA – Partido do Trabalho pós-independência. Como já dito, o quadro era diverso daquele pensado pelos fundadores do socialismo científico. Baixo desenvolvimento das forças produtivas e atraso cultural era com o que se podia contar. Não é sem razão que a palavra *revolucionário* transmite uma imagem de homens e mulheres destemidos, incansáveis, cujo ambiente natural é sempre hostil – onde nele se sentem à vontade; a adversidade, o perigo por todos os lados, o impossível rondando..., mas também o sonho de liberdade e justiça, o único alimento de que muitas vezes se tem à disposição para enfrentar o imperialismo e seus sócios locais. Nestas condições, o moral da tropa e o apoio do povo é o que faz o diferença. Che Guevara tinha razão ao dar destaque ao *motor moral* como combustível inesgotável, mesmo porque, em sociedades que não experimentaram desenvolvimento importante das forças produtivas, as possibilidades de que se dispõe para a aplicação de uma política de *estímulo material*, francamente, são extremamente limitadas. Tal foi o caso cubano como foi e tem sido o dos países africanos de colonização portuguesa.

A conjuntura internacional, em 1980 (Guerra Fria), forçava uma tomada de partido, até mesmo para desfrutar do apoio militar da respectiva potência hegemônica. Com todas as suas contradições e defeitos, A URSS cumpriu o seu papel progressista ao apoiar os movimentos de libertação africanos que optaram pela via socialista-revolucionária. Sem o seu apoio militar, incluindo as ogivas nucleares apontadas para Washington, boa parte da humanidade jamais teria experimentado a liberdade, ainda que meramente política. Os revolucionários angolanos foram sábios ao aceitarem o apoio soviético.

Alçada a independência, o impossível parece mesmo impossível: construir do zero a nova sociedade. Mas para os revolucionários, *o impossível é sempre possível*, sobretudo quando contamos com a ajuda de uma nação cuja revolução socialista derrotou o imperialismo por duas vezes, a segundo libertando a humanidade da loucura nazista.

A importação do marxismo dogmático e economicista constitui, nestas condições, um extraordinário avanço político. O marxismo, mesmo o mais ortodoxo, é um milhão de vezes melhor do que qualquer teoria burguesa justificatória do colonialismo ou neocolonialismo, ou da exploração do homem pelo homem, se assim desejarmos. E o burocratismo que veio junto com o modelo stalinista de partido e sociedade política não é mais danoso do que o modelo liberal-burguês que tem na tagarelice parlamentar a sua faceta mais hipócrita, no voto a ilusória arma do cidadão, e no saque aos cofres públicos e entreguismo mais desavergonhado dos recursos materiais e humanos de um povo o objetivo prático da *consolidação da democracia*.

O presente relatório, como documento do seu tempo, é produto das múltiplas determinações aqui apontadas. Mas também é portador dos sonhos de uma vanguarda revolucionária que uma vez armada com a utopia socialista - necessária e possível – agarrou-se a ela com a fé dos desesperados, ousando lutar, ousando vencer.

Evandro de Oliveira Machado.
Em 23.11.2005.